

O DISCURSO CAPITALISTA: QUINTO DISCURSO?

O DISCURSO DOS MERCADOS (PST): SEXTO DISCURSO?

Néstor A. Braunstein

Doutor em Medicina e Psicanalista da Escuela Europea da Psicoanálisis (filial España). Professor na Universidade Nacional Autônoma do México. Membro Titular da Asociación Filosófica de México. E-mail: nestor.braunstein@gmail.com

Resumo: Lacan respondeu aos acontecimentos que sacudiram a cultura ocidental em 1968 com sua conhecida teoria dos quatro discursos de 1969. Essa concepção articulava a compreensão da subjetividade, tal como aparece na clínica psicanalítica e nos processos históricos. Sua base é a definição do sujeito (\$), que é representado por um significante (S1) para outro significante (S2), deixando um resto (saldo) real, que escapa ao simbólico e ao imaginário: @. O discurso era definido como “laço social” e ficava estabelecido que suas formas eram “quatro e apenas quatro”. Porém, em 1971 e em 1972, Lacan subverteu sua própria tese agregando outro discurso: o “discurso capitalista”, com sua própria fórmula. Um quinto discurso? Não! A análise da sociedade capitalista mostra que o lugar do agente é ocupado pelo burocrata ou pelo tecnocrata, pelo saber (S2): sua estrutura é a do “discurso universitário”. Também em 1972, Lacan adiantou que seu ensino psicanalítico não ia durar, pois se perfilava um novo discurso, “PS” ou “PST”, ou “PESTE”, consagrado por inteiro a serviço do capitalismo. Consideramos que esse discurso já fez sua aparição concreta e é o “discurso dos mercados”, novo avatar do amo (mestre, senhor) capitalista. Um “sexto discurso” depois do (pseudo) “quinto”, que era o discurso capitalista? Tampouco! Analisam-se as características deste “discurso dos mercados” contemporâneo. O lugar do agente (ou semblante) é o objeto @, representado pelos “servomecanismos” que Lacan chamou “latusas” (“*lathouses*”), que se dirigem ao sujeito (\$) e o intimam a produzir os significantes-mestres (S1) aos quais haverá de subordinar sua existência. O lugar da “verdade” é ocupado pelo saber (S2), que é o saber científico incorporado na produção dos semblantes de @, que são os misteriosos objetos descartáveis a cujo serviço o sujeito se consagra. Torna-se evidente que o “discurso dos mercados” tem a mesma estrutura que o discurso do analista. Este artigo discute as perturbadoras analogias e diferenças entre os dois discursos que compartilham a mesma fórmula e termina propondo que essa homologia não conduz a uma identidade,

mas ao oposto disso. Conduz a uma opção excludente, que é a do sujeito no mundo contemporâneo: ou o discurso dos mercados, ou o discurso do analista.

Palavras-chave: discurso; capitalista; sujeito; peste; mercado; laço social; ciência.

Abstract: Lacan responded to the developments that rocked Western culture in 1968 with his well-known 1969 theory of the four discourses. Such concept articulated the understanding of subjectivity as it appears in clinical psychoanalysis and historical processes. It builds on the definition of the subject (\$), represented by a signifier (S1) for another signifier (S2), leaving a real remainder (balance), which escapes both the symbolic and the imaginary: @. The discourse was defined as a “social bond” and it was established that its forms were “four and only four.” However, in 1971 and 1972, Lacan reversed himself by adding another discourse to his thesis: the capitalist discourse, with its own formula. A fifth discourse? No! The analysis of the capitalist society shows that the bureaucrat or the technocrat, i.e., knowledge (S2), replaces the agent: its structure is that of the discourse of the university. Also in 1972, Lacan posited that his psychoanalytic teachings would not last because a new discourse loomed large: “PS,” or “PST,” or “PESTE” (French for plague), which was entirely devoted to capitalism. We think that such discourse has already made a concrete appearance and it is the discourse of the markets, the new avatar of the capitalist master (lord). Is it a “sixth discourse” after the (faux) “fifth discourse,” which was the capitalist one? For the second time, no! The features of this contemporary discourse of the markets are analyzed. The agent’s locus (or semblance) is the object @, which is represented by “servomechanisms,” referred to by Lacan as *lathouses*, that make their way to the subject (\$) and summon it to produce master signifiers (S1), under which the subject will have to live. “Truth” is displaced by knowledge (S2), that is, scientific knowledge incorporated into the production of @ semblances, which, in turn, are the mysterious disposable objects to which the subject devotes itself. It becomes evident that the discourse of the markets has the same structure as the discourse of the analyst. This article discusses the disturbing analogies and differences between both discourses, which share the same formula, and concludes by proffering that such homology does not lead to identity, but to the opposite. It leads to an exclusive option, which is that of the subject in the contemporary world: either the discourse of the markets or the discourse of the analyst.

Keywords: discourse; capitalist; subject; *peste*; plague; market; social bond; science.

Devemos admitir que carecemos de uma teoria sólida, não impugnável, da articulação entre os achados de nossa clínica e as condições materiais da existência de nossos pacientes – e de nós mesmos – na sociedade contemporânea. Qualquer conclusão a esse poderia *infirmar* nossas mais bem fundadas especulações. Aceitaremos trocar nossa teoria para dar conta dos casos... mas não aos casos, para justificar nossas reflexões. O analista não pode deixar de indagar a relação entre a complexa sociedade de seu tempo e a não menos complicada subjetividade de seus analisantes (o “mal-estar na cultura”), mas estará a todo o momento advertido do risco das generalizações nas quais se confundem as elaborações de disciplinas que têm diversos objetos de estudo.

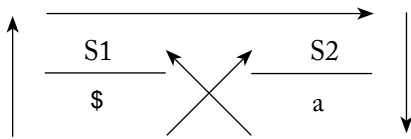
Nessa dificuldade embarcamos: articular o subjetivo singular, o particular do sofrimento e dos extravios nos caminhos estreitos e acidentados do gozo e do desejo com os processos coletivos, nestes tempos de vertiginosa transformação da paisagem social, ideológica e inclusive física, que resulta dos “avanços” da tecnociência. Negamo-nos ao consolo inicial de uma inexistente “teoria sólida” da qual poderíamos *deduzir* as explicações que nos faltam e a qual poderíamos, se tivéssemos boa sorte, *reduzir* à diversidade múltipla da realidade que comprovamos na clínica. Optamos, ao invés, por esmiuçar (“analisar”) as mudanças que se produzem nos dois campos e tratamos de *induzir* uma resposta provisória e prudente, sujeita a retificações, que possa servir como mecanismo de embreagem teórico entre a massa de informações (“dados”) que vêm de ambos os lados: a psicanálise por um e as “ciências sociais” por outro. Não existe uma teoria unificada das ciências do signo, e esse déficit parece não ser uma passageira *impotência*, mas uma perdurável *impossibilidade*.

Trabalhamos nossas hipóteses a partir de uma gigantesca massa de dados e cifras que nos informam acerca de uma realidade evasiva e aberta às interpretações mais díspares. Partimos de um ponto convencionalmente aceito e por isso mesmo suspeito: a fenomenologia de uma vida cambiante nas sociedades chamadas pós-industriais que tanto e tão banalmente faz cócegas na maioria dos estudiosos, arrebatados pelos inesperados feitiços e ameaças apocalípticas da contemporaneidade técnica, social e política. Esse acúmulo de abruptas novidades parece indicar novas orientações e horizontes. O cacofônico discurso que escutamos e com frequência nos ensurdece, proveniente de mil alto-falantes, seria o fenômeno revelador de novas posições subjetivas, às quais teríamos que aplicar as potências do *pensar* entendido no sentido heideggeriano. A isso a psicanálise não pode renunciar: a considerar as condições de sua clínica (da

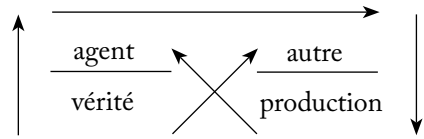
transferência) em cada momento da história. Sem esquecer que (bem poderia ser este o caso) talvez nada haja de inusitado e nossas impressões acerca de transformações radicais na vida humana talvez sejam meras extensões de nossa fantasia. Não seria essa a primeira vez que a montanha de dados ilumina algo ínfimo, enquanto esconde a essência do que parece revelar. Ou que nos fascinamos com uma “novidade”: o sol ilumina desde o começo dos tempos.

A história é bem conhecida e deve ser resumida com rapidez. Depois dos acontecimentos de 1968, que sacudiram a cultura desde a Europa até o longínquo Oriente, a resposta de Lacan foi a promoção de uma teoria dos discursos, teoria dos quatro discursos, exposta no *Seminário XVII* (1969-1970/1991) e em sua conferência *Radiophonie* (1970/2001). Nunca antes a psicanálise havia tido uma ferramenta tão precisa para analisar as situações, tanto de sua própria clínica quanto da articulação dela com os processos históricos que involucram a subjetividade. O ponto de partida era o da realidade discursiva e o discurso admitia uma concisa definição: era “*laço social*”. Simples também era a formalização estrutural: quatro lugares ligados por vetores de conexão que marcavam a necessidade ou a impossibilidade de certos “encontros” entre esses lugares (o do agente, o do outro, o da produção e o da verdade) e quatro matemas que ocupavam ordenadamente seus lugares dentro de uma álgebra rígida ($S1$, $S2$, a e $\$$) e permitiam definir quatro estruturas discursivas (do mestre, universitário, do analista e da histórica). Com essas fórmulas, o laço social havia sido enlaçado. Uma articulação *de facto* e *de jure* os ligava: os quatro discursos não podiam ser excludentes; cada um deles supõe a presença e a mobilização dos outros três. Os discursos aparecem em toda sua pureza escritos sobre o papel, mas, na análise da realidade, deve-se levar em conta a conjuntura de sua interação, pois “*le discours est lié aux intérêts du sujet*” (LACAN, 1969-1970/1991, p. 105). A formulação era de uma cativante simplicidade e, ao mesmo tempo, fazia resplandecer (*miroitait*) uma promessa de exatidão. A fórmula matriz dos discursos era a do primeiro dos quatro: o *discurso do mestre*. Essa ordem dos quatro lugares estruturais (agente, outro, produção e verdade, respectivamente), dando um quarto de giro *em sentido horário ou anti-horário*, permitia definir somente quatro discursos, que eram, a partir do algoritmo inicial já mencionado, os outros três: o universitário (agente: $S2$), o do analista (agente: a) e o da histórica (agente: $\$$). Damos por conhecidas as fórmulas incansavelmente repetidas desde então.

Na teoria e na prática da psicanálise, já havia se consolidado a rigorosa definição do *sujeito*, em sua relação com os *significantes*, com exclusão de toda referência empírica, sociológica ou psicológica, ou de toda alusão à história dos equívocos que a filosofia havia acumulado em torno do termo “sujeito”. Vocábulo fundamental da psicanálise, lacaniano e não freudiano: “*le sujet est ce qu’un signifiant représente pour un autre signifiant*”. A formalização dos quatro discursos permite uma representação algébrica dessa definição e deixa um lugar à invenção lacaniana concomitante: a operação discursiva dos significantes *S1* e *S2* e a definição correlativa do sujeito \$ a partir deles deixa um saldo, um resíduo, o *objeto a* minúsculo, @,¹ não significante e não subjetivo, que também faz parte da estrutura. Com o *objeto a*, pertencente ao real, Lacan podia dar conta de seu avanço: “*tout est structure, mais pas tout est signifiant*” (LACAN, 1960/1966, p. 659).



formalização do discurso do mestre



estrutura de cada um dos quatro discursos

1 Devo justificar minha inovação tipográfica, que é inusual na tradição lacaniana e diferente da letra *a* empregada pelo próprio Lacan. Ele usou sempre o signo em questão como *a* minúsculo (*petit a*), apesar de escrevê-lo de duas maneiras distintas. Usava *a* em letra cursiva, quando se referia à imagem do outro (*autre*) no registro imaginário: por exemplo, na fórmula da fantasia ($\$ \langle a \rangle$), no grafo do desejo, ou para escrever o matema da *imagem do outro* no mesmo grafo [*i (a)*]. Posteriormente, usou o *a* em letra não cursiva, como mínima notação algébrica, uma vez que tinha “inventado” o *objeto a* minúsculo, pertencente ao registro do real. Minha proposta para referir-me a este objeto é: @, um a minúsculo seguido de um rabinho ou espiral: *arroba*, em nossas línguas românicas. Em tal caso, o *a* fica encerrado em uma letra *o* (o de objeto), inacabada e não fechada. Esse signo tipográfico é hoje de uso geral e figura em todas nossas atuais “máquinas de escrever”. Ele não tem um som (é a-fônico, uma pura letra) que o faça partícipe de equívocos significantes, que são distintos em cada língua: *a* letra *a* é uma preposição em espanhol (“*vou a casa*”), uma maneira de conjugar o verbo “*ter*” em francês (“*il a*”), um artigo indefinido em inglês (“*a something*”), um artigo definido de gênero feminino em português etc. Já @ carece de imagem especular, pois é simplesmente um “lugar”: fato que é particularmente claro em inglês, língua em que o que nós chamamos “*arroba*” lê-se “*at*”. A notação @ seria impensável quando o *objeto a* foi “inventado” por Lacan e até 1990. Creio que são evidentes as vantagens de usar a escrita @ nos textos lacanianos e particularmente na explicitação dos quatro discursos. Quem lê @ sabe que está em outra álgebra: *a* de Lacan. As considerações que se seguirão sobre o discurso do analista e sobre o discurso dos mercados como *semblantes* apontarão esta proposta.

Todos na comunidade lacaniana sabem: a estrutura de cada discurso é a que pode ser observada na metade direita do quadro, acima apresentado, enquanto na metade esquerda aparece sua ilustração concreta como discurso do mestre:

Recordemos agora a perturbação desta bem aceita máquina algébrica que Lacan introduziu pouco depois e cujos ecos (frequentemente confusos) se estendem até nossos dias. Tudo começa por uma noção que já é quase convencional e que leva a distinguir entre o *mestre antigo* – que promovia a formação de indivíduos juridicamente regulados em sua relação com o Soberano, súditos obedientes dotados de direitos e deveres – e o *mestre moderno* – que incita a satisfação direta de aspirações e demandas, roçando e perfurando as linhas de fronteira (*borderlines*) da lei. Um mestre era aquele da repressão e um novo mestre era este, que comanda o gozo. Um novo discurso, variante do anterior, teria emergido há uns três séculos e decretado paulatinamente o ocaso do discurso do mestre clássico. Essa nova modalidade de dominação foi proclamada e enunciada por Lacan com um termo pertinente: *discurso capitalista*. Inicialmente, ele o fez como se estivesse brincando, como se fosse um capricho pessoal ao qual poderia renunciar se quisesse: “Se tivesse querido divertir-me, vale dizer, se eu procurasse a popularidade, poderia ter-lhes mostrado o ínfimo giro” (LACAN, 1970-1971, leçon du 2 décembre de 1971).² Não é essa, porém, a primeira alusão. Encontramos no seminário do ano anterior uma primeira e solapada referência de Lacan a esse discurso. Vale a pena reproduzir suas palavras: “Não se esperou, para ver isso, que o discurso do mestre tivesse se desenvolvido plenamente para mostrar sua chave no discurso do capitalista, em sua curiosa copulação com a ciência” (LACAN, 1969-1970/1991, p. 126; 1969-1970/1992, p. 103).

Na aula de 6 de janeiro de 1972 do “Seminário XVIII”, que seguiu àquela em que evocou o ínfimo giro [*“tout petit tournant”*], Lacan insistiu e situou esse discurso em termos históricos, ligando-o com o industrioso estímulo do protestantismo e do capitalismo liberal e aderindo, sem dizê-lo explicitamente, às clássicas teses de Max Weber:

A história mostra que o discurso do mestre viveu durante séculos de modo proveitoso para todo mundo, até chegar a certo desvio que o transformou, por um *ínfimo* deslizamento que passou despercebido até para os próprios interessados, em algo que o especifica desde então

2 “*Vous pouvez le toucher, je pense, suffisamment du doigt pour que je n’aie pas besoin de vous indiquer ce que j’aurais pu faire si ça m’avait amusé, c’est-à-dire si je cherchais la popularité: vous montrer le tout petit tournant quelque part qui en fait le discours du capitaliste*” (LACAN, 1970-1971, leçon du 2 décembre de 1971).

como o discurso do capitalista... O discurso do capitalista se distingue pela *Verwerfung*, pela recusa, pela expulsão ao exterior de todo o campo do simbólico... recusa de quê? Da castração. Toda ordem e todo discurso que se aparenta com o capitalismo deixa de lado isso que de maneira simples chamaremos as coisas do amor. E isso, meus bons amigos, não é pouca coisa! E é por isso que, dois séculos depois desse deslizamento – chamemo-lo, por que não, calvinista –, a castração fez finalmente sua entrada sob a forma do discurso analítico.

Digamos, sem dúvidas nem pudor, que, no começo dos anos 70, Lacan expôs uma sequência histórica de três discursos: o do mestre, do capitalista, o do psicanalista.

O sintagma *discurso (do) capitalista* aflora diversas vezes no ensino de Lacan:³ designa uma transformação no discurso do mestre, como consequência de seu encontro com as ciências, que se anuncia, mais do que palavra falada, como *escrita* de fórmulas matemáticas e, de modo prático, como *objetos* técnicos que se inventam a partir delas. Lacan chega a batizar esses objetos com um neologismo que, estranha e distintamente de muitos outros que propôs, não teve repercussões e está quase esquecido: *latusas* (1969-1970/1991, p. 188). Nós preferimos usar uma palavra mais convencional e rica em sentido: *servomecanismos* para designar esses artefatos que a ciência permite fabricar e enviar ao mercado para seu consumo massivo e que estão destinados a uma rápida obsolescência, objetos que chamaríamos *prêt à porter*, ou melhor, *prêt à jouir*, que funcionam como análogos do objeto causa do desejo, do objeto @. Quando surgiu, o sintagma “discurso capitalista” não acarretava, em 1970, nenhum problema aos alunos de Lacan, pois podia assimilar-se a outros similares (“discurso filosófico”, “discurso amoroso”, “discurso das ciências”, etc.), muito compreensíveis em si, que não requerem a escrita de fórmulas específicas concernentes à formalização matemática dos discursos. A esporádica referência ao “*tout petit tournant*” não permitia pensar que o “*tour*” se concretizaria como tal na escritura de um suposto “*cinquième*” *discours*.

Sabemos que com o famoso quadrípode seria possível, por permutações lógico-matemáticas, definir *vingte e quatro* discursos diferentes ($4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24$). Lacan teve, contudo, cuidado de advertir que “o número dos discursos é limitado, tal como eu fiz de modo sumário ao estruturá-los em número de quatro, por uma rotação não permuta-

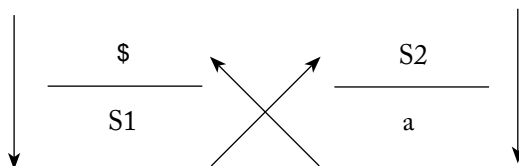
3 Antes de propor o sintagma “discurso capitalista”, Lacan já havia se expressado com desdém sobre o capitalismo e sua produção de *gadgets*: “não que eu diga que o capitalismo não serve para nada (...) São as coisas que ele faz que não servem para nada”. *O Seminário. Livro XVI. De um Outro ao outro*. Lição de 19 de março de 1969.

tativa nas posições dos quatro termos”.⁴ E insistiu, na referida conferência de Milão, quando expôs o novo matema do discurso capitalista: “*Et il n’y en a pas trente-six possibles, il n’y en a même que quatre*” (LACAN, 1972/1978; 1972).

Foi nessa única oportunidade, na Itália, em 1972, que foi possível especificar com uma fórmula distintiva o *novo discurso* capitalista, que se integraria aos quatro iniciais e paradigmáticos que o próprio Lacan havia apresentado para dar conta do universo discursivo. Ao escrever uma versão “ligeiramente” distinta do discurso do mestre, ele estava aludindo – e ao mesmo tempo vetando – a um *quinto discurso*, que tinha subvertido suas próprias formulações. A confusão foi acalentada porque na transcrição dessa conferência é possível ver o que Lacan, nesse dia, escreveu na lousa: e ali se leem, efetivamente, as fórmulas de cinco discursos, apesar da advertência de que, discursos, “*il n’y en a que quatre*”.

Esse inesperado discurso parece uma transgressão à colocação inicial: “somente quatro”. Naquele dia, negando-se a dar maiores explicações, Lacan propôs uma, a seu ver, “ínfima” transformação (“*une toute petite inversion*”) e escreveu na lousa uma fórmula que invertia, no discurso do mestre, os lugares do *agente* (S1) e da *verdade* (\$).

Discurso capitalista:



Ademais: eliminava o vetor que ligava, na linha superior da fórmula geral dos discursos, o *agente* \downarrow ao \downarrow *outro* que recebia sua ordem ou cominação; e permitia que nesta nova fórmula se abolisse a impossibilidade do encontro do sujeito e do objeto @, própria da estrutura da fantasia ($\$ \diamond a$), pois @, mediante um vetor que sai de seu lugar como Γ *produto*, abaixo e à direita, pode alcançar o sujeito \$, que nessa nova fórmula está no lugar de *agente* ou *semblante*, acima e à esquerda. Produzida a inversão dos lugares de S1 e \$, abria-se a questão de se, como em todos os discursos, o vetor vertical da esquerda, que ia do matema do sujeito \$ (no lugar da *verdade* \downarrow) ao *agente* \downarrow

4 “Elle limite le nombre des discours [...] comme j’ai fait au plus court de les structurer au nombre de quatre d’une révolution non permutative en leur position de quatre termes” (LACAN, 1970/2001, p. 444).

ou *semblante* (S1), conservava sua orientação ascendente ou se, para manter a relação entre ambos não em termos de lugares, mas em termos de quem ocupava esses lugares, o vetor invertia sua direção e iria em sentido vertical descendente. Lacan optou por essa segunda possibilidade.

No dia dessa única apresentação formal, disse que esse “novo” discurso era algo “*follement astucieux*”, mas que, de todo modo, conduzia à crise, “*à la crevaison*”, do discurso do mestre. Sobre o discurso do capitalista disse: “*ça marche comme sur des roulettes, ça ne peut pas marcher mieux, mais justement, ça marche trop vite, ça se consomme, ça se consomme si bien que ça se consume*” (LACAN, 1972/1978; 1972).

O capitalista, apresentado como agente do discurso desde a primeira metade do século XVIII, não faz senão renovar o milenar discurso do mestre. Por essa “ínfima” substituição, o próprio, em sua condição de sujeito (\$) assume o lugar dominante que ocupava o significante mestre. No discurso tradicional do capitalista-agente-de-seu-discurso, surgido com as revoluções burguesas e com a revolução industrial, filtram-se as variáveis intromissões do discurso da histórica (agente: \$), da bela alma que pretende não ter responsabilidade pelos transtornos que produz a seu redor e que confunde seu desejo (de que nada sabe) com suas demandas. O sujeito \$ aparece ocupando o lugar do agente no discurso do capitalista e no da histórica. Porém, enquanto a histórica se dirige ao mestre (vetor \$ → S1) e o comina à produção do saber (S2), o capitalista não se dirige a nenhum outro (eventualmente, o proletário) e aparece dissociado do saber. Já não importa quem é o anônimo e desfigurado produtor do objeto a. Mas importa, sim, que o produto volte às mãos do capitalista: mostra-o o vetor diagonal ascendente que vai de a (abaixo à direita) a \$ (acima à esquerda). Essa vinculação do sujeito e do objeto mais-de-gozar estava excluída na fórmula tradicional do discurso do mestre clássico. Ali, como dissemos, entre \$[↓] e L[@], como no matema do fantasma, há um desencontro estrutural: \$ ◇ a. A produção de mercadorias, em função de sua mais-valia e do mais-de-gozar (objetos a) é a manifestação visível da potência da empresa capitalista e expõe a razão de ser de seus empenhos: a extração de mais-valia que sustenta aos atores do discurso em seus lugares. Cabe perguntar-se se, na verdade, concerne a palavra “discurso” para uma fórmula como esta, na qual o “*agente*”[↓] não tem um “*outro*”^L ao qual dirigir-se.[↓] no → L

Não são poucos os discípulos de Lacan que retomaram o tema⁵ e multiplicam-se as referências a esse mal nomeado “quinto” discurso. Detenhamo-nos para esmiuçar a rara fórmula do discurso capitalista: o agente do discurso é aí o mesmo que na histeria, ou seja, o sujeito (\$) em sua incurável divisão, o desejante e dividido sujeito do inconsciente. Somente que, neste caso, não é o *agente* (\$) quem se dirige ao saber (S2), seu “*outro*”, para que produza “objetos” a, forçando-o a atuar de acordo com sua vontade, como Aladim quando impõe ordens ao gênio da lâmpada. Quem continua “ordenando” é o S1: o moderno mestre capitalista. Ele o faz a partir do lugar da *verdade* γ e se dirige ao *outro* L (vetor diagonal ascendente: $S1 \ \gamma \rightarrow \ ^L S2$). O saber, de todo modo, sem escutar as injunções procedentes do lugar do *agente* J (\$), senão as que vêm do lugar da *verdade* γ (isto é, do significante mestre), opera por meio do saber científico (S2), produzindo esses objetos desejáveis, os *servomecanismos*. Então, qual é a “verdade” que fundamenta esta in-diferença, esta não relação, recíproca do sujeito e do saber, de \$ J a L S2 (o saber do *trabalhador*, que no princípio era o *do escravo* e que em etapas mais próximas a nós é o saber *da ciência*)? A fórmula do discurso capitalista inscreve essa “verdade” ocupando seu lugar, abaixo e à esquerda: o (significante) mestre (S1 J). O sujeito, na cegueira de suas demandas, sem sabê-lo, inconsciente, acreditando na força do “eu”, faz atuar a ordem do mestre. O agente do discurso capitalista (\$ γ) “faz semblante” de ser o mestre, acredita não estar sujeitado a nada. Mesmo que, mais que um Aladim, seja o “aprendiz de bruxo” de Goethe: um impotente que desencadeia efeitos que não consegue dominar e que imagina que com as palavras e com suas invocações pode criar um mundo obediente a seus desígnios. É o sujeito, desconhecedor de sua incurável divisão, de sua servidão a essa “verdade” que o transcende; é o sujeito que a fenomenologia sociológica de nosso tempo, influenciada pela psicanálise, chama “narcisista”. O narcisismo seria a apresentação clínica induzida pela dominância do discurso do capitalista. Transcende ao cronológico e ao anedótico, que seja o período que separa as duas guerras mundiais aquele em que se impôs à psicanálise os diagnósticos de “neurose de caráter” e “neurose narcísica”; mais além, neste último caso, da fugaz tentativa de Freud de assimilá-la à psicose.

Uma vez que Lacan, quase à maneira de litotes, como se não se tratasse de nada, viabilizou pensar em um quinto discurso dentro das fórmulas de seu “quadrípode” da

5 CHEMAMA (1998), SOLER (2001), TERRAL (2003), DEFALVARD (2008), LERES (1999), PACHECO FILHO (2009), FERNANDEZ (2011), CHAUMON (2009).

discursividade, ficavam abertas todas as demais possibilidades. Com quatro discursos, havia vinte que estavam excluídos. Porém, aberto o lugar para um quinto, com o discurso do capitalista somando-se aos outros quatro, restariam ainda dezenove formulações diferentes não abordadas. Interessa-nos, no fio de *nosso* discurso, definir se cabe outra fórmula: uma fórmula específica do discurso dominante na sociedade pós-industrial do capitalismo tardio, distinto do matema do discurso do capitalista. Conceber a hipótese de outro possível discurso, o da organização social atual consecutiva ao desenvolvimento das tecnociências. Um discurso “pós”? O próprio Lacan, como veremos, abriu o sulco para pensá-lo e o fez em Milão, nesse mesmo dia de 1972. Acabaremos por encontrar alguma dessas dezenove fórmulas “latentes” depois de desdobrar as “cinco” primeiras? Direi – tratarei de demonstrá-lo – que não, que nos aguarda uma surpresa.

Mas antes de abrir a possibilidade de um “sexto discurso”, devemos refletir sobre a congruência e a conveniência desse “quinto discurso” ou “quarto discurso mais um”, como também foi chamado, que é tão irregular no que se refere tanto à ordenação dos lugares quanto à relação entre eles, dadas as alterações nas orientações vetoriais. Não há outra alternativa que não escalavrar a estrutura dos quatro discursos postulados originalmente, ao se recorrer ao *hapax legomenon* de uma fórmula bizarra? Cremos que sim, que há outra possibilidade, e que ela foi bem esboçada pelo já mencionado e elogiado texto de Guy Lérès, quando se refere às “dificuldades para escrever o discurso capitalista” assinalando que, na lição do seminário seguinte à produção dos quatro discursos, Lacan “faz de S2 a verdadeira dominante do discurso do mestre moderno, sob os auspícios do ‘Todo-Saber’⁶ da burocracia”.⁷ Em função dessa referência à linha reta da formalização lacaniana, Lérès conclui: “Se o saber está em posição dominante e se as diferentes regras regendo os discursos são respeitadas, o que se escreve então não é outra coisa que o discurso universitário”.⁸ Ao que acrescenta, citando a lição de 11 de março de 1970 do Seminário XVII: “o discurso universitário (...) é o que mostra onde o discurso da ciência se alicerça. (...) O S2 tem aí o lugar dominante na medida em que foi no lugar da ordem, do mandamento, no lugar primeiramente

6 *Tout-Savoir*, que admite a tradução alternativa “todo-saber”.

7 “*fait de S2 la véritable dominante du discours du maître moderne sous les auspices du Tout-Savoir de la bureaucratie*” (LÉRÈS, 1999, p. 96).

8 “*Si le savoir est en position dominante et si les différentes règles régissant les discours sont respectées, ce qui s’écrit alors n’est pas autre chose que le discours universitaire*” (Ibid., p. 97).

ocupado pelo mestre que surgiu o saber”.⁹ E a verdade – continua Lérès, citando Lacan – é ocupada pelo significante S1 γ na medida em que este opera como “portador da ordem do mestre”.¹⁰

Por isso podemos sustentar, ratificando Lérès, que o discurso capitalista tem sua fórmula no seio dos quatro discursos e ela não é outra senão a do discurso universitário, no qual o saber toma o lugar do *agente* que repete e comunica os ditames do mestre, dirigindo-se a um *outro* ^L que já não é o escravo senão o proletário anônimo, sem rosto, sempre substituível, imagem mesma do objeto a. (vetor S2 \rightarrow a no discurso universitário). É possível dar-se conta da novidade que implica o discurso capitalista, o discurso do mestre moderno, mostrando sua equivalência com o discurso universitário... e os discursos continuam sendo quatro. E assim não é necessário mais que “o rigor da leitura [do matema] em pedaços”.¹¹ Essa revisão crítica do “quinto discurso” era necessária para fazer entrar em cena um novo aspirante a um lugar próprio na dança dos discursos e logo mostrar que, também ele, estava já previsto no esquema original dos quatro discursos de 1970.

Em Milão, Lacan não só evidenciou a presença já secular do discurso do capitalista, como também profetizou a aparição de *um novo discurso* que se somaria a ele e que é essencial para nós em nosso tempo, em função dos debates clínicos e teóricos dos quais participamos. O discurso do capitalista teve uma profícua descendência em nossas tropas lacanianas... mas seu sucessor continua batendo em nossas portas. Ouçamos essas palavras que ficaram esquecidas entre “*ce qu'on dit et ce qu'on entend*”.

A la vérité je crois qu'on ne parlera pas du psychanalyste dans la descendance, si je puis dire, de mon discours... mon discours analytique. Quelque chose d'autre apparaîtra qui, bien sûr, doit maintenir la position du semblant, mais quand même ça sera... mais ça s'appellera peut-être le discours PS. Un PS et puis un T, ça sera d'ailleurs tout à fait conforme à la façon dont on énonce que Freud voyait l'importation du discours psychanalytique en Amérique... ça sera le discours PST. Ajoutez un E, ça fait PESTE. Un discours qui serait enfin vraiment pesteux, tout entier voué, enfin, au service du discours capitaliste. Ça pourra peut-être un jour servir à quelque chose, si, bien sûr, toute l'affaire ne lâche pas totalement, avant. (LACAN, 1972)

9 “Le discours universitaire est celui qui montre ce dont s'assure le discours de la science [...] Le S 2 y tient la place dominante en tant que c'est à la place de l'ordre du commandement, à la place premièrement tenue par le maître, qu'est venu le savoir” (LACAN, 1969-1970/1991, p. 120).

10 “porteur d'ordre du maître” (id.).

11 “la rigueur de la lecture [du matbème] en pâtit” (LERES, 1999, p. 98).

Ao discurso PS, ou PST, ou PESTEUX, POSTCAPITALISTE, POSTINDUSTRIEL, que preferimos chamar *discurso dos mercados*, está dedicada a continuação de nossa *démarche*.

É o momento em que podemos nos perguntar, como hipótese: Entrou em cena um novo discurso (o *discurso dos mercados*), inédito, diferente de seus dois precursores (o discurso do mestre e o discurso do capitalista)? Esse *discurso dos mercados* teria uma estrutura distinta da mensagem pontifícia e de suas ressonâncias teocráticas (discurso do mestre) e também da ideologia calvinista (protestante, de modo mais geral), reconhecida desde Max Weber como fundamento do sistema capitalista? Há, em nosso tempo, uma novidade, um terceiro avatar do mestre, caracterizado por um discurso anônimo, ateu e amoral? Para defini-lo em sentido estrito como um novo discurso (e não uma modalidade descritiva, como nos sintagmas “discurso filosófico” ou “discurso da ciência”), deveríamos indicar os matemas que o singularizam em relação aos outros discursos e mostrar os elementos que participam no lugar do *agente*, do *outro*, do *produto* e da *verdade*. Desenvolvamos essa hipótese à luz do que tantos observadores recalcam no mundo contemporâneo.

Vemos ocupando o lugar do *agente* um ser sem rosto, que não diz palavra alguma. A lógica discursiva dos mercados apresenta-se como um conjunto de trasfegos, de vai e vens cibernéticos, fora do tempo e do espaço, sem sujeito nem fim(ns). Poderíamos dizer que o semblante não é o do “capitalista” (nem Henry Ford nem Bill Gates), senão o *mercado* com seus inescrutáveis “fluxos de capital”. Essa misteriosa entidade muda e retumbante, podemos reconhecê-la como *a*, causa do desejo, mais-de-gozar, emissora de um discurso sem palavras e de uma ordem enunciada em surdina, que pode ser sanguinária, a do supereu: “*Goza!*”. Na realidade, o agente é Ninguém (*Personne*); não poderíamos confundir-lo com o mestre tradicional. A batuta e também a voz cantante em nosso mundo “globalizado” correspondem ao “objeto”, à mercadoria que impõe suas condições. Quem substituiu o capitalista, que por sua vez havia substituído o mestre antigo? O *dispositivo*¹² definido por Agamben como “tudo o que tem, de uma maneira ou de outra, a capacidade de captar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”

12 *Dispositivo* é o termo geral que foi tematizado por Foucault, Deleuze e Agamben. É o vocábulo correto para nomear o cenário de uma análise (dispositivo analítico). Para o dispositivo que se deriva do saber tecnocientífico, preferimos a expressão “*servomecanismo*”, que vale tanto para um psicofármaco como para um aparelho eletrônico.

(AGAMBEN, 2007, p. 31). Lacan deixou indicada a resposta que estamos desenvolvendo: o saber que originalmente pertencia ao escravo (S2): esse “saber fazer” e esse saber inconsciente que este manifestava quando o mestre lhe fazia as perguntas que permitiam revelá-lo, esse *saber* está agora incorporado no objeto. Ele sabe como fazer, sempre e quando se respeite a “programação” do *servomecanismo*, sempre e quando se obedeça ao *mode d’emploi*. Esse “tudo-saber”¹³ (que não é “saber-de-tudo”) à disposição do novo mestre:

[...] é o núcleo da nova tirania do saber. Com ele se faz mais opaco o lugar da verdade. O sinal da verdade está agora em outra parte. Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles próprios produtos, tão consumíveis como os outros. Sociedade de consumo, como dizem por aí. (LACAN, 1969-1970/1991, lição de 17 de dezembro de 1969)

O saber deverá dar como resultado a produção dos produtos do saber. Devemos desanuviar imediatamente a névoa dessa frase de aparência pleonástica.

No capitalismo, é o operário, o proletário, que substitui o escravo. E agora: nesta “nova tirania de saber” que denunciava Lacan? O *ersatz* do trabalhador é o objeto que, em marcha rápida, vem substituindo ao produtor direto da mais-valia: o robô, que não tem a forma caricatural da ficção científica daqueles anos (conforme *The sleeper*, de Woody Allen), de antropóides metálicos, mas sim os tão familiares controles remotos (os novos servos), dispositivos cada vez menores, cada vez mais portáteis, cada vez mais repletos de funções digitalizadas. Esses objetos produzidos massivamente, carregados de um saber misterioso para seus usuários, condenados a uma rápida obsolescência, vertiginosamente descartados e substituídos por outros, deram um novo rosto à sociedade do capitalismo tardio e são a concreção material de um novo discurso, ao qual podemos caracterizar com os matemas da álgebra lacaniana. O *objeto a* é, assim, o *agente* do discurso do mercado. É preciso evitar eventuais confusões e lembrar: “o agente não é forçosamente aquele que faz, mas sim aquele a quem se faz agir”.¹⁴ E a quem fazemos atuar? Aos servomecanismos, tanto para fotografar as luas de Júpiter, como para falar ao telefone.

Prosseguimos com a estrutura desse discurso dos mercados. No lugar da *verdade* está o *saber* (S2) que comanda o *agente*, um plexo de significantes que convoca o

13 “*Tout-savoir*”, que admite a tradução alternativa “todo-saber”, conforme nota anterior.

14 “*l’agent n’est pas du tout forcément celui qui fait, mais celui qui est fait agir*” (LACAN, 1969-1970/1991, Lição de 10 junho 1970, p. 197).

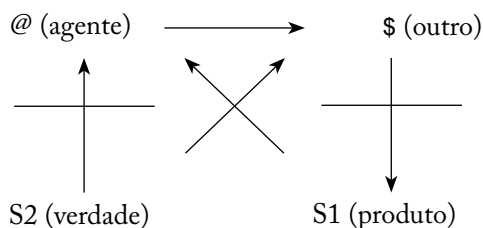
gadget a existir, que o inventa e que multiplica suas cópias, um aparato de produção de conhecimentos que é a base do edifício da sociedade pós-industrial. É a *ciência*, esse saber autônomo, que se especializa sem cessar, com sua expansão tão ilimitada como avassaladora, que se ostenta como *verdade*, e que permite governar o real. *Um saber* que presume “objetividade” e que não sabe e nem quer saber nada do sujeito nem daquele que o comanda: o mestre. A ciência como uma “empresa” que marcha de modo imprevisível, que se dá seus próprios fins, que obedece a suas próprias leis, “espontaneamente”, e é ignorante de suas determinações sociais e políticas. Uma “ideologia da forclusão do sujeito” cuja máxima expressão se encontrará na doxa econômica que postula que os mercados funcionam sozinhos, regidos por suas próprias leis, independentemente da vontade de seus atores e daqueles que são afetados pelos movimentos do capital. A ciência econômica, propomos, é o paradigma de uma atividade humana produtora de saber que faz ver a história como efeito de processos ingovernáveis e, por isso mesmo, fatais.

Quem é o *outro* ao qual se dirige o objeto a, a partir do lugar do *semblante / agente* desse discurso cuja *verdade* é a ciência? Qual é o destinatário do servomecanismo? Necessariamente, o *sujeito* (\$), o do inconsciente e o do sintoma, o habitante e o “*avontante*” da sociedade democrática, o usuário e consumidor dos produtos tecnocientíficos, o sujeito que já não está representado por um significante para outro significante (definição clássica, hoje discutível, a partir dessas considerações sobre as novas formas da experiência no mundo pós-industrial). O outro é hoje o sujeito (\$) que acredita ser autônomo, quando maneja os controles remotos, quando decide a marca da indumentária que comprará e cujos dedos se movem ao compasso indicado pelo manual do usuário. Ele é o que estruturalmente responde – e na fórmula se pode ver – como quem recebe os vetores que partem dos lugares da *verdade* (S2), conforme vimos, e do *agente* ou *semblante* que dá nome ao discurso que estamos considerando, o objeto a.

Qual é, para concluir, o *produto* que realiza o sujeito como resposta à intimação proveniente dos objetos que ocupam o lugar do *semblante* e aos que “se faz atuar”, conforme lembramos mais atrás? O “homem unidimensional” marcusiano, o consumível *sujeito* da sociedade de consumo, se vê constrangido a conjurar os significantes que lhe faltaram em sua constituição como ser falante, a invocar esses Nomes-do-Pai que puderam dar continuidade à sua existência, em meio à desorientação geral, à pululação de ofertas significantes e à falta de garantias de todas elas. O sujeito se vê forçado a criar os deuses que escutem suas preces e o faz adotando significantes que poderiam

representá-lo. A falta de Nome-do-Pai produz múltiplos nomes passageiros que o ancoram no mundo. Adere-se a S1 voláteis e os consagram como dignos de sua servidão (a dele): chefes de grupo, líderes fundamentalistas, chefões da máfia, emblemas nacionais ou de coletividades, marcas de prestígio com seus correspondentes logotipos, atividades compartilhadas (um esporte, um *hobby* ou um *lobby*), uma particularidade que o identifica com outros (por exemplo, a idade, a preferência sexual ou uma doença). A Internet opera frequentemente como agente ou semblante que se dirige ao sujeito e lhe propõe as opções de *significantes uns* (S1) que o representarão mediante a criação de comunidades virtuais em que não é necessário pôr o corpo e nas quais a imagem pode ser ajustada à vontade. Ele e ela se perguntam “Quem sou?”. E a resposta é “Tu podes escolher quem és, se optas por um dos significantes de identificação que te são oferecidos. Uma vez que escolhas teu S1, saberás quem és”. O sujeito, atomizado e isolado pelos dispositivos que o excluem do laço social, com a estrutura familiar debilitada, com a terra que desaparece debaixo de seus pés, com um lugar precário na vida da cidade, aferra-se a identificações que satisfaçam sua necessidade de cumprir com algo ou com alguém. O produto no discurso do mercado é o que faz o sujeito de seus significantes mestre (S1).

Podemos já estabelecer a sua estrutura, com a combinação dos quatro matemas lacanianos que dão conta dos discursos. Temos, assim, o *discurso do mercado*:



Que resultado inesperado! Não desembocamos em nenhuma das dezenove fórmulas vacantes que surgiriam em consequência de se reconhecer – o que foi descartado – o “discurso capitalista” como “quinto”, dentro da possibilidade combinatória dos quatro elementos. Chegamos, isto sim, à fórmula de um discurso que já conhecíamos: justamente aquela que define nossa própria ação como psicanalistas. Como pode, a estrutura de ambos os discursos, ser a mesma? Que analogias pode haver e que diferenças permitiriam distinguir as duas modalidades, em que o objeto ocupa o lugar do *semblante* e cuja fórmula é a mesma?

Consideremos, em primeiro, o *agente*. O mercado e o psicanalista atuam a partir de um lugar dessubjetivado, fazem semblante de ser “ninguém”, de ser agentes de um discurso sem palavras, de esvaziar e esvanecer suas determinações pessoais e seu desejo. Nenhum dos dois “quer” nada e ambos fazem de seu desejo uma incógnita, que aquele a quem se dirigem – o *outro*, o sujeito – trata de desvelar. Tanto o analista quanto o mercado “histericizam” o outro e introduzem o discurso da histérica no analisante e no consumidor. Os dois se apresentam como mercadorias e talvez seja possível pensar também o psicanalista como um “servomecanismo” cujo desejo é o de que se faça uso dele por meio do desdobramento da fantasia; quer dizer, das distintas posições que o sujeito (\$) pode adotar ante o objeto a. Há um *mode d’emploi*¹⁵ (manual de instruções de uso) do psicanalista, que consiste em cumprir a regra fundamental que ele enuncia ao iniciar uma análise. Necessariamente, também os dois *semblantes de a* fixam um preço por seu serviço: um serviço em que a oferta precede a demanda, mas que somente pode ser posto em movimento se a demanda puder fundar um contrato de prestações recíprocas. “Que (me) queres?” é a pergunta que tanto o sujeito como o consumidor se fazem e tratam de responder em relação a essa “coisa” que se apresenta ante eles despersonalizada, fazendo semblante de ser causa do desejo. As respostas confrontam o sujeito com o real de sua fantasia pelo rodeio do imaginário. O analista toma o lugar do *sujeito suposto saber*, mesmo que seu desejo de analista esteja advertido de que esse semblante que adota será forçosamente decepcionante, pois carece do saber que se lhe atribui e que não pode ser senão um *semblante* do objeto que pretende ser. O produto científico, por sua vez, se anuncia como um servomecanismo que realizará a fantasia, mas que também está destinado a decepcionar e a cair em decadência depois de haver cumprido com a aspiração fantasmática de completar o sujeito negando sua *falta*.

Consideremos, em segundo lugar, o *outro*. Tanto o mercado quanto o psicanalista dirigem-se ao sujeito e lhe oferecem uma “substância” que poderá consumir, uma resposta a sua pergunta “O que me falta?”, um consolo para sua impotência, um alívio para seu sintoma; em síntese, um suporte para sua transferência. Dulcamara vende o “elixir de amor”, remédio da castração, e o sujeito é convidado a pagar o preço. A condição é que o sujeito admita sua falta e sua busca desse gozo que, ele crê, é dos

15 Homenagem a Georges Perec, autor de *La vie: mode d’emploi*.

demais. Como já lembramos, citando Lacan, o agente de um discurso não é o que faz, senão aquele a quem se faz fazer. Ambos, o objeto tecnocientífico e o psicanalista, são postos a trabalhar pelo sujeito da demanda pulsional, colocados no lugar de “outro”.

Consideremos, em terceiro, o *produto*. Vimos que nos dois casos trata-se da instauração de significantes um Γ S1, de traços que provêm ao sujeito de uma identificação e de uma orientação acerca de seu lugar no mundo. O “... *donc je suis*” [“...logo existo”] não pode se fundar hoje, como nos tempos de Descartes – alvorecer do capitalismo –, no “*je pense*” [“Penso”]. É um fato indiscutível, mesmo antes que Lacan o enunciasse, que “sou onde não penso e penso onde não sou”. Haverá um cimento sólido para o ser no “tenho...”, no “eu dirijo...”, no “posso, graças a minhas muletas tecnológicas...”, no “pareço-me a...”, no “estou no rol dos...”, no “sou um discípulo de..., um crente em..., um membro de..., um consumidor de...”? Essas e muitas outras são as respostas que oferece o discurso do mercado ao sujeito órfão de Pai. O psicanalista oferece também ao sujeito a possibilidade de produzir seus S1. São os mesmos, os significantes que produz o analisante e os que oferece o mercado? Cremos que não. É por isso que postergamos sua exposição para mais adiante, quando veremos a essência do isomorfismo entre as duas estruturas discursivas, a do psicanalista e a do mercado. Constataremos que tal essência reside não tanto naquilo em que se parecem, mas sim naquilo que as distingue.

Consideremos, em quarto e último, a *verdade*. Para o mercado e para a psicanálise, na fórmula que compartilham, abaixo e à esquerda está o S2 \Uparrow : o saber. Um saber que está materializado, mas não se pode ler nos *gadgets* tecnológicos, *latusas*, semblantes do objeto a que “servem” a seu usuário. Também é o saber que o sujeito supõe no analisante, o saber do inconsciente, algo que não se sabe e que é, em última instância, *impossível* de saber: essa cadeia significante que insiste e que gradualmente se irá revelando, com os limites impostos por ter que ser *dita*, a partir das incitações que provêm das palavras e dos atos do analista. O analisante ($\text{L} \$$) fala (goza) e, ao se escutar, percebe que sua própria cadeia significante é uma pergunta acerca de quem a profere: quem é esse “eu”, formação imaginária, que ocupa seu lugar e fala em seu nome. Obedece a uma injunção formulada desde S2 \Uparrow , o saber insabido e produz Γ S1. O valor de uma analogia, insistamos, reside não tanto nisso que há de comum entre duas entidades, mas, e muito mais, naquilo que as diferencia. Comprovamos agora que a estrutura do discurso é a mesma no caso do mercado e no caso do psicanalista. Mas, não por isso, pode-se confundi-los. E impõe-se agora destacar as diferenças.

Quanto ao *agente*, o objeto tecnológico não sabe que não sabe e tem à mão todas as respostas que seu desenho lhe permite dar. Tampouco pode discriminar entre os usuários que o manejam, mais além das contrassenhas que permitem aceder a seu funcionamento. Reconhece senhas de acesso, não sujeitos. Sua “memória” é quase ilimitada e seu acionar não conhece atos falhos. A neutralidade de sua operação é absoluta e não admite “vacilações calculadas”. O agente do ato analítico, por sua vez, é formado: em um longo processo de “cozimento” subjetivo; em um processo de despojamento progressivo e sempre inacabado do imaginário e fantasmático, na árdua análise do analista; em uma laboriosa integração ao saber, para reconhecer que não há saber que não seja semblante de uma verdade, a qual está mais além das possibilidades da linguagem. O analista, se algo sabe, é que não sabe; e que haverá de atuar não com seu saber, mas com sua ignorância. Nega-se a enxertar um suposto saber na ignorância de quem o interroga e não acede a satisfazer as demandas do outro ao qual dirige seu ato (a → \$). Enquanto o *servomecanismo* está constante e incansavelmente à disposição de seu proprietário, o *analista*, dono de seu tempo e do estabelecimento do valor e do preço de seu trabalho, suspende constantemente, posterga *sine die* e refreia o acesso a seu suposto saber. O mais importante: enquanto esse *semblante de a* que é o servomecanismo assimila a demanda e o desejo, o outro, o analista, sustenta a constante dissociação entre ambos e se nega a confundir os dois planos, fazendo da demanda uma pergunta e um questionamento do desejo que a subtende. Em sua mecânica neutralidade, o objeto tecnológico não tem desejo; enquanto que o analista não dá um passo senão em função de seu desejo, mesmo que mantenha o semblante de não tê-lo (abstém-se de formular outras demandas que não as do cumprimento da regra e o pagamento das sessões) e permite e instiga, inclusive com seus atos, a que o analisante se interroge acerca desse desejo do Outro que lhe é enigmático.

Quanto ao “*outro*”, o sujeito \$, está condicionado pelas respostas do agente. O sujeito o põe a fazer, mas as condições de seu *mode d'emploi* estão determinadas pelo saber incorporado nesse agente: seja o saber da ciência para um ou o saber “insabido” do inconsciente para o outro. A resposta que se espera do objeto técnico (o operado pelo controle remoto, o psicofármaco, a semente transgênica, etc.) não implica, para quem faz o pedido, a necessidade nem a conveniência de uma modificação na posição subjetiva; o *gadget* é meramente um servente ao qual se lhe faz fazer. A demanda de análise supõe, pelo contrário, a expectativa de acabar com o sofrimento pela virtude de um novo saber que resultará da experiência analítica e que fará do sujeito alguém

distinto do que era antes. A relação com o robô e seus sucedâneos é utilitária e quem recorre a ele pretende manter uma vinculação puramente racional, no sentido de “me serve ou não me serve e, se não me serve, te descarto com os demais objetos, dos quais já me desprendi antes, para trocar-te por um que responda melhor e mais rapidamente às minhas demandas”. A “transferência” depende, pois, da satisfação das demandas. Distinto é o vínculo entre o analisante e o semblante de objeto a que o analista é. A dimensão que sustenta o encontro é justamente a *não* satisfação das demandas, a *não* resposta às perguntas, a oportuna denúncia da ilusão da idealização, a reserva no que diz respeito a cumprir com a função de *placebo*, que caracteriza o objeto da técnica. Qual é a resposta do sujeito ante essa não disponibilidade, ante a postergação, ante a não satisfação, ante o enigma do desejo? Paradoxalmente, é... o amor. Se há análise, é impossível “servir-se” do analista. A sujeição do gozante está excluída... para os dois *partenaires* do encontro analítico.

Vamos agora ao *produto*, que são os S1: significantes mestres. Por um lado, o objeto técnico, em suas diferentes modalidades, induz, como já vimos, identificações coletivas com um substituto do nome-do-Pai que não é o significante que representa o sujeito, senão algo que “faz falta” à personagem encarnada pelo usuário, que vacila entre infinitas possibilidades virtuais: opções propostas pelo “menu”. Em que se parecem os integrantes da massa? Em que todos querem ser diferentes e reconhecidos como tais. O cantor de rock, o professor conceituado, o psicanalista, o chefe do bando de delinquentes, o ídolo do esporte, o ditador sanguíneo, o evangélico pregador, assimilam a todos os que se empenham em encontrar um modelo de vida e que aspiram a tapar o vazio de que procedem pela não inscrição do nome-do-Pai, pelo fracasso da metáfora paterna que representa e que, ao mesmo tempo, obtura o desejo da mãe. E na análise? Também há produção de significantes um (S1), mas, neste caso, o significante não coletiviza, mas aponta – tal é o desejo do analista – a *diferença absoluta*;¹⁶ isto é, a singularidade irreduzível do sujeito, aquilo pelo qual ele é como é e, portanto, não é como ninguém. As identificações coletivas são formações fantasmáticas e elas são as oferecidas pelos emblemas congregantes. Já a “diferença absoluta” é o resultado da travessia (*affranchisement*) da fantasia. Em função dessa identificação com o significante de sua diferença, o sujeito sabe como ser, sem necessidade de “ser como”.

16 Ver LACAN (1964/1973, p. 248).

Em último caso, no lugar da *verdade*, o saber (S2). O agente no discurso do mercado é o objeto ou o dispositivo: o relógio, o panóptico (ou a câmera oculta), o “ansiolítico”, etc., que nada sabe do processo que o formou nem do saber científico, histórico, contingente, que implica. O trabalho simbólico da ciência, subjacente ao objeto, é a verdade do agente do discurso do mercado que o desconhece. Não se trata de um saber reprimido senão de um saber incorporado na estrutura material dessa “coisa que serve” a um sujeito. Seu funcionamento está completamente submetido à razão. O “irracional” neles seria o (incalculável) gozo que anima ao usuário. Muito diferente é a função do saber como verdade do discurso do analista. É também um saber que não se sabe. É uma aposta ao desdobramento de um saber por vir, o do reprimido no sentido freudiano e também o do impossível de saber, o desejo do Outro que preexiste tanto ao analista como ao analisante. Falamos dessa pedra fundamental do sujeito, que também é freudiana em sua origem, e que chamamos “recalque originário”. Há, então, no saber do analista, dois componentes: o da *impotência*, capaz de ser ultrapassada (*aufgehoben*), e o da *impossibilidade*, que constitui o limite de todo saber, núcleo da verdade e do ser (*Kern unseres Wesen*), o real inacessível ao símbolo, impossível de incluir na cadeia significante.

Tentamos elaborar os traços comuns e os diferenciais, nessa inquietante analogia entre o discurso do analista, tal como o formulou Lacan no final dos anos ’60 do século passado, e um novo discurso, o do mercado, que nos parece dominante nas formações sociais da primeira década de um novo século e também, muito previsivelmente, nas que virão.

Lacan começou por caracterizar o discurso do mestre como matriz dos quatro discursos canônicos e, em seguida, propôs uma modificação que é o “discurso capitalista”, cuja pertinência discutimos e acabamos assimilando ao discurso universitário. Na sequência de nosso trabalho, abrimos lugar a um novo discurso, o do mercado, que não seria nem um “quinto” nem um “sexto” discurso, mas que se acrescenta aos anteriores e tem a mesma estrutura que o discurso do analista, apesar de suas funções serem opostas.

Sustentaremos que os indicadores dessa transposição dos lugares (do mestre ao capitalista, do capitalista ao mercado) devem ser buscados na história dos modos de produção no Ocidente e, mais especialmente, na passagem gradual e progressiva da ideologia feudal à liberal e desta à neoliberal. O novo discurso corresponde às novidades da vida social que Lacan (1967/2001, p. 243) observava e que, conforme continuariam a se desenvolver, devido ao progresso avassalador das ciências; e que conduziriam –

tal era seu ominoso presságio – a um incremento dos processos de segregação e a um futuro de campos de concentração, pela via dos mercados unificados e das comunidades econômicas ciumentas de suas prerrogativas.

É moeda corrente falar-se do “pessimismo” de Freud nos últimos anos de sua vida. Pode-se dizer o mesmo de Lacan, mas nós preferimos falar de “realismo”, de despojamento das ilusões. Depois da conferência de Milão de 1972, quando escreveu a fórmula do discurso capitalista, seus discípulos se dedicaram à exegese e, como nós aqui, ao comentário crítico dessa fórmula. Mas passou inadvertido o outro avanço lacaniano, nesse mesmo dia, de um novo discurso. Um discurso ainda não advindo, mas por vir, um discurso que faria vãs suas formulações sobre a psicanálise e seu próprio ensino, um discurso que inclusive recebeu dele uma denominação: PS o PST, um discurso da *peste*, *apestoso*, servente e coroação do discurso capitalista, que ninguém sabe onde pode conduzir. PS o PST, não é acaso também PÓS? Pós-capitalista, pós-industrial, alternativa do discurso analítico por ele promovido, esse *discurso dos mercados* que tem a mesma escritura do discurso analítico e que estabelece uma oposição ferrenha: ou a psicanálise ou a dominação do objeto tecnocientífico, com forclusão do sujeito, que fica reduzido à condição de produtor de significantes-mestres oferecidos, propostos e impostos pelo Outro.

Essas considerações poderiam auxiliar na compreensão de certos traços da subjetividade, tal como se apresentam ante nossa escuta.

Tradução: Maria Claudia Formigoni

Psicóloga pela PUC-SP. Especialista em Psicologia Clínica e Psicanálise e Linguagem pela PUC-SP. Especialista em Psicologia Hospitalar pelo HC – FMUSP. Mestranda do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP.

Revisão Técnica: Raul Albino Pacheco Filho

Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), atuando no Curso de Psicologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, onde coordena o Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade (inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq). Psicólogo com graduação pela PUC-SP e Mestrado e Doutorado pelo Instituto de Psicologia da USP. Psicanalista Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL – Brasil) e da Internacional dos Fóruns do Campo Lacaniano (Fórum de São Paulo).

Referências

- AGAMBEN, G. (2007). *Qu'est-ce qu'un dispositif*. Paris, Rivages.
- CHAUMON, F. (2009). Sujet de l'inconscient, subjectivité politique. *Essaim* (22), pp. 7-22.
- CHEMAMA, R. (ed.) (1998). *Diccionario de psicoanálisis*. Buenos Aires, Amorrortu.

- DEFALVARD, H. (2008) *Les non-dits du marché. Dialogue d'un économiste avec la psychanalyse*. Ramonville, Érès.
- FERNÁNDEZ, A. (2011) Sonriente plus ce goce del capitalista. Disponível em: <http://www.gleon.com/elortiba/lacan8.html> . Acesso em 5/9/2011.
- LACAN, J. (1960/1966). “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache”. In: *Écrits*. Paris, Seuil.
- _____. (1964/1973). *Le Séminaire. Livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris, Seuil.
- _____. (1967/2001). “Proposition du 9 octobre 1967”. In: *Autres Écrits*. Paris, Seuil.
- _____. (1968-1969/2006). *Le Séminaire. Livre XVI. D'un Autre à l'autre*. Paris, Seuil.
- _____. (1968-1969/2008). *O Seminário. Livro XVI. O De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1969-1970/1991). *Le Séminaire. Livre XVII. L'envers de la psychanalyse*. Paris, Seuil.
- _____. (1969-1970/1992). *O Seminário. Livro XVII. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LACAN, J (1970/2001). “Radiophonie”. In: *Autres Écrits*. Paris, Seuil.
- _____. (1970-1971). *Le Séminaire. Livre XVIII (a). Le savoir du psychanalyste*. Inédito.
- _____. (1972). Conférence à l'université de Milan, le 12 mai 1972. Disponível em <http://pagesperso-orange.fr/espace.freud/topos/psych/psysem/italie.htm>. Acesso em 5/9/2011.
- _____. (1972/1978). Conferencia en la Universidad de Milán del 12 de mayo de 1972. In: *Lacan in Italia (1953-1978)*. Roma, La Salamandra, pp. 32-55.
- LÉRÈS, G. (1999). Lecture du discours capitaliste chez Lacan. Un outil pour répondre au Malaise. *Essaim*, (3), pp. 89-109.
- PACHECO FILHO, R. A. (2009). A praga do capitalismo e a peste da psicanálise. *A Peste* (1), pp. 143-164.
- PEREC, G. (1978). *La vie: mode d'emploi*, Paris, Hachette.
- SOLER, C. (2001). *L'angoisse du prolétaire généralisé* Disponível em: <http://www.champlacacienfrance.net/IMG/pdf/csolercours.pdf> . Acesso em 5/9/2011.
- TERRAL, F. (2003). Sur le lien social capitaliste, *En-Je* (1), pp. 139-150.

Recebido em 25/2/2010; Aprovado em 14/4/2010.